



A DIGITALIZAÇÃO DA CULTURA E O GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES CULTURAIS DE MATO GROSSO

SOUZA, Jordan Antonio de
Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT
jordanbiblio@gmail.com

FERNANDEZ, Andréa Ferraz
Professora do programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT
ferrazfernandez@gmail.com

238

RESUMO

Atualmente grande parte dos registros culturais de produções relacionadas a patrimônios culturais imateriais, surgem e são disponibilizados exclusivamente em formatos digitais, principalmente pela internet. O desenvolvimento deste trabalho discute a criação de um repositório digital como objetivo de possibilitar maior visibilidade ao setor cultural mato-grossense, uma vez que o repositório possibilita o armazenamento e acesso livre a documentos, imagens, vídeos e outras produções advindas de projetos voltados para a economia criativa e o patrimônio cultural imaterial mato-grossense. Além de colaborar com a promoção e divulgação do patrimônio cultural, o repositório digital, a ser criado com o software DSpace, contribuirá com a preservação dos conhecimentos tradicionais ao mesmo tempo em que viabiliza o acesso a produção e consumo de informações sobre cultura.

Palavras-chave: Repositórios digitais; Patrimônio cultural imaterial; Patrimônio cultural mato-grossense.

ABSTRACT

Nowadays a large proportion of cultural productions records about intangible cultural heritage, arise and they are available exclusively in digital format mainly by internet. The development of this research discusses the creation of a digital repository aiming to enable greater visibility to the Mato Grosso cultural sector, being there repository enables the storage and free access to documents, images, videos and other productions arising from projects for the creative economy and the Mato Grosso intangible cultural heritage. Also it collaborates in the promotion and dissemination, of cultural heritage, the digital repository be done with the Dspace software, will contribute to the preservation of traditional know led geat the same time it enables access to production and consumption of information about culture.

Keywords: Digital repositories; Intangible cultural heritage; Mato Grosso cultural heritage



1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, ações e iniciativas, de naturezas diversas – tanto em âmbito governamental, com a aprovação de leis, projetos e incentivos financeiros, quanto de âmbito pessoal, referente a ações promovidas por agentes culturais - tem proporcionado uma crescente valorização do patrimônio cultural brasileiro, principalmente em direção à salvaguardado patrimônio imaterial. Nota-se que o registro das práticas, saberes, festividades e outras manifestações culturais ultrapassa agora as ações de reprodução de uma ou outra prática cultural específica, como por exemplo, a realização dos rituais e festividades de determinada comunidade ou cultura, contemplando as ações em diversos registros de caráter documental, bibliográfico, fotográfico, fílmico, e outros suportes que capturam, registram e possibilitam o conhecimento das informações presentes nestas atividades.

O uso disseminado das mídias digitais é cada vez mais evidente. As plataformas digitais de comunicação – internet e suas ferramentas tecnológicas – se constituem como – talvez- o principal canal de comunicação e divulgação do patrimônio cultural, festividades, atrações entre outros eventos. Através deste, disponibiliza-se muitas imagens, vídeos e produções bibliográficas sobre as manifestações culturais que podem ser encontradas na rede digital, disponíveis para acesso público.

Porém a recuperação deste material, enquanto fonte de informação ocorre de forma aleatória, uma vez que inexiste, nos ambientes digitais, alguns requisitos necessários para a disponibilização adequada dos materiais relativos e relacionados à cultura.

Buscando atender as necessidades e preferências dos já usuários hiperconectados – ou a conquista de novos adeptos - muitas bibliotecas tradicionais têm passado por algumas mudanças em procedimentos relacionados aos processos técnicos que envolvem a disponibilização de informações de acervos físicos e digitais, buscando incorporar cada vez mais as tecnologias digitais nos serviços oferecidos. A criação de bibliotecas e repositórios digitais vem exigindo forte empenho dos profissionais da informação, para a consumação do processo.

Uma das atividades desempenhadas pelos bibliotecários, no empreendimento da digitalização dos serviços é a escolha de termos indexadores nos sistemas de buscas digitais,



por exemplo, que implica diretamente nos resultados localizados pelos motores de buscas em catálogos de acervos. O uso de um termo adequado, por parte do bibliotecário no momento da indexação, garante maior precisão e relevância nas pesquisas e economia de tempo e esforço para o usuário; sendo este apenas uma das atividades requeridas no processo da digitalização e disponibilização da informação via plataformas digitais.

Destarte, a criação de um repositório digital de informações culturais, com o uso de softwares criados especificamente para esta finalidade, como o DSpace, pode melhorar consideravelmente os resultados das buscas, acesso e visibilidade das informações sobre o patrimônio cultural.

A presente proposta visou estudo das variáveis conceituais e técnicas necessárias para a construção de um repositório de informações sobre patrimônio cultural imaterial do Estado de Mato Grosso utilizando o software DSpace, assim como a materialização do mesmo. O repositório possibilitará o armazenamento, a preservação e acesso integral aos projetos, documentos, materiais bibliográficos, vídeos, imagens e qualquer outra produção em formato digital proveniente das atividades do mapeamento da economia criativa de Mato Grosso, que buscam fomentar a divulgação das práticas culturais do Estado. Para tal, serão apresentados a seguir os três eixos que compõem o cabedal teórico desta pesquisa.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural brasileiro não se restringe apenas aos seus monumentos, casarões, estátuas, entre outros bens materiais; apresenta-se também como bens imateriais, nas manifestações, realizações e representações culturais do povo. O patrimônio cultural pode estar presente em diversos lugares, como ruas, praças, escolas, museus e igrejas, bem como em atividades de danças, artes, músicas, rituais e artesanatos que geralmente são desenvolvidos por grupos ímpares de nossa sociedade. A valorização do patrimônio cultural permite determinar os valores e identidades de uma sociedade.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, versam sobre questões culturais em nosso país. Sendo o artigo 215 responsável por determinar ações que promovam a garantia do exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, sobre apoio, incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais; o artigo 216, por sua vez, define



os tipos de bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro, sendo classificados como de “[...] natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, p. 124).

Ainda no artigo 216 (BRASIL, 1988, p. 124), é possível encontrar as definições para classificação dos bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural, podendo ser:

- I** - as formas de expressão;
- II** - os modos de criar, fazer e viver;
- III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Inicialmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tratava o patrimônio histórico e artístico com foco apenas na identificação e proteção de bens que se mostravam singulares quanto a representação histórica, monumental e artística do país. A preocupação que se tinha era na preservação de riquezas e outros bens materiais, deixados principalmente por nossos colonizadores.

Por muitos anos as atenções do IPHAN estavam voltadas apenas para a proteção do legado material advindos da colonização portuguesa e pelo período imperial. Somente na década de 70 começaram a discutir sobre a necessidade de atualizar e ampliar o conceito de patrimônio, de forma que este se tornasse capaz de abranger diversos legados históricos e culturais do Brasil. “Isto significava incluir os legados da cultura indígena, da cultura afro-brasileira e da cultura popular de uma sociedade resultante de um contínuo processo de contato entre culturas diversas” (PORTA, 2012, p. 11).

As questões que envolvem o Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, tem alcançado grande importância nos últimos anos, por serem bens culturais resultados de uma coletividade, uma vez que representa aquilo que é feito pelo povo, não sendo resultado de trabalhos desenvolvidos pela elite do país e que dependeram do emprego de grandes riquezas para sua concretização como no caso dos bens de natureza material.

A UNESCO (2003) explica que o patrimônio cultural imaterial pode ser entendido pelas



[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Mesmo que em alguns casos, o patrimônio imaterial resulte em algo materializado, como no caso de objetos provindos de práticas de artesanato, a questão mais importante que envolve este objeto é o conhecimento empregado no modo de fazer, pois geralmente consiste de técnicas e conhecimentos passados de pai para filho, de geração para geração, resultando não apenas em um objeto, mas em algo que traz consigo diversos significados. O reconhecimento do patrimônio imaterial é uma forma de registrar e identificar a cultura popular e tradicional de um povo.

2.1 Relação entre Economia e Cultura – Economia Criativa

Ações que visam promover a valorização da cultura de um povo podem implicar diretamente no potencial econômico do local, uma vez que, além de reconhecer a importância daquela atividade indiretamente divulgam os eventos, as práticas, e os resultados destas manifestações culturais.

Estudos sobre economia no setor cultural ou economia cultural ocorreram tardiamente em diversos países, pois poucos economistas relatavam interesse em estudar a cultura, o que se justifica também pela falta de material, dados e interpretações confiáveis sobre as movimentações financeiras que envolvem o ambiente cultural, e dificultavam tais estudos.

Conforme explica Tolila (2007, p. 25):

A economia do setor cultural (entenda-se por isso os resultados de estudos econômicos, a capacidade de produzir sínteses úteis e comparações confiáveis) se caracteriza por uma grande dispersão, escassez e ausência de dados atualizados e uma grande dificuldade de amarrar os níveis da microeconomia e da macroeconomia.



Na década de 2000, conceitos e estudos sobre a economia criativa, passam a ter maior expressão e relevância, sendo aplicadas em diversas áreas relacionadas a administração pública e responsabilidade política, implicando em ações de alguns países, que criaram ministérios, departamentos ou setores especializados para tratar exclusivamente das indústrias criativas. No caso do Brasil o órgão responsável por este setor é a Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura – SEC/MinC (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013).

A economia criativa é definida como o conjunto de atividades econômicas provenientes de um conteúdo simbólico, no qual o fator criatividade é determinante para a produção de bens e serviços culturais (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013). Fomentar a economia criativa, pode promover diversos benefícios para as comunidades que dependem economicamente de recursos provenientes de atividades de turismo, de artesanato, de festas, entre outras atividades culturais.

A economia criativa pode trazer grandes benefícios ao mercado de trabalho de uma região que valoriza e fornece incentivos para a manutenção de suas culturas, pois conforme explicam Oliveira, Araujo e Silva (2013, p. 8):

[...] as indústrias criativas podem reforçar a cultura como valores e tradições que identificam uma comunidade ou nação. Além do papel de coesão social e inclusão, este reforço tem o potencial de gerar atratividade turística. Esta é a maneira pela qual a economia criativa se relaciona com a cultura e com o turismo. Outra maneira se relaciona ao turismo cultural centrado no patrimônio. A abordagem da economia criativa pode contribuir para a exploração racional e sustentável desse tipo de turismo e para a preservação do patrimônio, do meio ambiente e para o benefício das populações locais.

Assim, com a exploração correta do patrimônio cultural dentro dos moldes da economia criativa é possível promover ações que garantam a preservação do patrimônio, do meio ambiente, e que ainda proporcione benefícios para as comunidades locais.

2.2 Apontamentos sobre Cultura em Mato Grosso

Em Mato Grosso já existem quatro bens imateriais registrados no IPHAN, sendo dois deles pertencentes, ou melhor, que apresentam ocorrência em Cuiabá, capital do Estado, os quais são a "Roda de Capoeira e ofício dos mestres de Capoeira" (patrimônio nacional presentes em outros estados) e o "Modo de fazer a viola de cocho" (que pertence a Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul). Os demais bens registrados são: "Ritual Yaokwa do Povo



Indígena EnaweneNawe e os lugares sagrados dos povos indígenas Xinguanos. Estes registros compreendem os livros de saberes, formas de expressão, celebrações e lugares.

A preocupação com a valorização e preservação da identidade cultural em Mato Grosso se mostra cada vez mais importante, tanto que, a Secretária de Estado de Cultura promoveu o tombamento/registro do “linguajar cuiabano”, também conhecido por “cuiabanês”, como patrimônio imaterial do Estado. Buscando desta forma preservar este modo de falar peculiar da região, proveniente de uma mistura da fala lusitana que sofreu influências indígenas, negras e dos bandeirantes paulistas. Existem ainda outros tombamentos feitos pela Coordenação de Patrimônio que se referem ao registro de lugar histórico “Fazenda Taquari”, em Alto Taquari, o registro das “Folias de Reis” em Dom Aquino, e o modo de fazer “Canoa Pantaneira”, sendo todos os registros citados tombamentos executados pela Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, não pertencendo aos livros de registros do IPHAN.

Estas e outras iniciativas do Estado buscam promover o reconhecimento e a preservação destes bens culturais imateriais, bem como demonstram a importância destes na história da identidade cultural de Mato Grosso. Assim, é mister que sejam disponibilizadas todas as informações e documentos que possibilitaram o reconhecimento destas práticas culturais como patrimônios culturais, para que a sociedade tenha acesso às informações e possam compreender a importância destes tombamentos.

3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM FORMATO DIGITAL

O processo de recuperação e acesso às informações sofreu grande impacto desde que se passou a contar com a aplicação de tecnologias da informática, como a internet e a Web, para a disponibilização de informações e documentos na rede. O desenvolvimento destas tecnologias implicou no surgimento de diversas ferramentas desenvolvidas especificamente para dar visibilidade e acesso facilitado às produções de determinadas instituições e/ou organizações que se preocupam em gerir e divulgar publicações, resultados e andamento de suas pesquisas.



Para evidenciar a importância da web como principal mecanismo de busca e acesso a informações, é útil conhecer a explicação das autoras Maria L. M. Campos, Maria L. A. Campos e Linair M. Campos (2006, p. 55), as quais descrevem que:

A Web é hoje considerada o maior repositório de informações dos mais variados domínios de conhecimento, tendo apresentado desenvolvimento vertiginoso desde sua criação. Suas características de liberdade de publicação, autonomia das fontes e controle descentralizado fizeram com que grande diversidade de recursos fosse crescentemente disponibilizada, mudando significativamente o comportamento de seus usuários e ampliando o perfil de sua utilização.

Observa-se que os usuários da web estão cada vez mais dependentes destes serviços de recuperação e acesso a informação, porém ao mesmo tempo que uma pesquisa em um site de busca pode trazer uma infinidade de respostas à pesquisa, boa parte desses resultados podem ser pouco ou nada relevantes aos resultados esperados pelo pesquisador.

O desenvolvimento destas tecnologias e a demanda crescente de livre acesso a informações e ao conhecimento disponíveis em ambientes digitais, tem despertado o interesse de instituições de ensino e pesquisa, bem como, de diversas organizações governamentais e privadas, que buscam utilizar ferramentas para criação de bibliotecas e/ou repositórios digitais que possibilitem não apenas o armazenamento, com também a disponibilização e recuperação adequada de documentos e informações em formato digital.

De forma geral, pode-se descrever os repositórios e bibliotecas digitais como bases de dados enquanto fontes de informação que contribuem para a ampliação e desenvolvimento do conhecimento do pesquisador. Assim, faz-se necessário que os gestores de informação se preocupem não apenas em disponibilizar a informação em ambientes virtuais, mas também com as ferramentas disponíveis para tal procedimento e, principalmente, com o modo como os usuários poderão recuperar tais informações.

3.1 Bibliotecas Digitais e Repositórios Digitais: breve definição

Muitos são os conceitos e as definições utilizadas para caracterizar uma biblioteca digital, havendo certos conflitos entre as descrições apresentadas por determinados estudiosos da área, que tentam conceituar e diferenciar os diversos tipos de bibliotecas, tais como digitais, virtuais, eletrônicas, entre outras expressões presentes na literatura.



Toutain (2006, p. 16) define a biblioteca digital como sendo aquela que:

[...] tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros –, que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza.

As bibliotecas digitais, em sua maioria, são desenvolvidas por instituições de ensino e pesquisa; elas possibilitam disponibilizar informações, documentos e conhecimentos gerados pela organização, cujos usuários, mesmo que distantes geograficamente da unidade de informação, conseguem ter acesso a estes produtos rompendo a barreira de tempo e espaço.

Os repositórios digitais que em alguns pontos se assemelham e podem ser considerados bibliotecas digitais, originalmente foram desenvolvidos com finalidade acadêmica, embora atualmente seja possível encontrar várias adaptações e formas de uso para os mesmos. Repositório institucional de acesso aberto pode ser definido como uma biblioteca digital, porém nem toda biblioteca digital pode ser definida como repositório institucional (LEITE; et al., 2012, p. 7).

Os repositórios digitais podem ser descritos como ambientes de gestão e compartilhamento de informações no ambiente organizacional, e não devem ser tratados apenas como espaços para armazenamento de documentos digitais, pois conforme a definição do IBICT (2012):

Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. Os RDs podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais.

Entre as inúmeras vantagens decorrentes da implantação de repositórios digitais em organizações e instituições de ensino, pode-se citar os meios de preservação de documentos digitais, facilidades para interoperação e busca, integração e compartilhamento de acervos, controle de acesso aos documentos e sua segurança. Sendo possível adequar os programas



conforme as políticas de gestão de informações, seja ela de natureza acadêmica ou de organizações com demanda especializada.

Diversas instituições de ensino superior brasileiras já criaram seus repositórios institucionais, e algumas organizações governamentais como a câmara dos deputados e particulares escritórios de advocacia estão criando repositórios ou mesmo bibliotecas digitais com o software DSpace, para dar maior visibilidade a suas publicações, documentos e outros materiais que consideram que devem ser disponíveis para acesso público.

O software DSpace foi desenvolvido em parceria entre *Hewlett Packard* (HP) e *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e pode ser definido como:

[...] uma plataforma que permite a captura de itens em qualquer formato – texto, vídeo, áudio e dados. E os distribui pela internet. Ele indexa os conteúdos e, por isso, os usuários podem pesquisar e recuperar as informações. Ele preserva os conteúdos digitais. Ele permite uma forma de gestão de materiais e publicações de pesquisa em um repositório de estrutura profissional para dar a eles maior visibilidade e acessibilidade a qualquer tempo. Dspace é geralmente utilizado como um repositório. Ele possui três papéis principais: 1) facilitar a captura e inserção de materiais, incluindo os metadados; 2) facilitar o acesso aos materiais por meio de listas e pesquisas; 3) facilitar a preservação digital ao longo do tempo. (DURASPACE, 2013 apud PIRES; SILVA, 2013, p. 5415).

Desta forma o software possibilita a organização, armazenamento, recuperação e preservação de arquivos em diversos formatos que venham a ser inseridos no repositório digital. Este recurso tecnológico pode colaborar significativamente com a implantação do repositório de informações culturais de Mato Grosso, além de contribuir com outras ações previstas nos projetos de levantamento e mapeamento da economia criativa do Estado. Entre os recursos disponíveis no DSpace destaca-se, em relação a outros softwares da mesma categoria, a possibilidade de autores fazerem o alto arquivamento de suas produções, agilizando dessa forma a inserção de conteúdo no repositório, bem como, desburocratizando o processo de disponibilização das informações sobre o patrimônio cultural imaterial.

O Dspace será utilizado no desenvolvimento deste trabalho por ser um dos softwares para criação de repositórios com maior aceitação internacional, e também por ter recomendação do IBICT para implantação de Repositórios Institucionais no Brasil, além de



ser um software livre, que permite sua customização conforme necessidade e características da organização.

4 PROJETOS PARA MAPEAMENTO DA CULTURA EM MATO GROSSO

Em dezembro de 2011 o Ministério da Cultura disponibilizou o documento “Metas do Plano Nacional de Cultura”, para regulamentação da Lei nº. 12.343, no qual cita 53 (cinquenta e três) metas gerais a serem cumpridas até o ano de 2020, composto de diretrizes, estratégias e ações para refletir sobre o dever do Estado e a participação social, em relação questões de proteção e promoção da diversidade artística e cultural, acesso aos bens culturais, o desenvolvimento socioeconômico sustentável. O documento é fruto dos desejos apontados por consultas a sociedade com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural.

Colaborando com o cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura, surgem diversas iniciativas que demonstram preocupação com o desenvolvimento da economia criativa no Brasil, para fomentar a valorização de bens e serviços produzidos com base em criatividade e conhecimento.

Conforme explicam Oliveira, Araujo e Silva (2013, p. 7):

A economia criativa promove a diversificação econômica, de receitas, de comércio e inovação, e pode se relacionar, de forma simbiótica, com as novas tecnologias, notadamente as tecnologias de informação e comunicação. Iniciativas baseadas na abordagem de economia criativa podem promover a revitalização de áreas urbanas degradadas, ou mesmo o desenvolvimento de áreas rurais com herança de patrimônio cultural.

No Estado de Mato Grosso houve sensibilização política sobre a importância do desenvolvimento da economia criativa, desta forma surgiram algumas ações como as desenvolvidas pelo SEBRAE MT, que investiu em seminários, encontros e cursos de formação para proporcionar preparação para agentes que se propuseram a atuar nesta área. Ainda sobre o resultado deste interesse pela economia criativa, em março de 2014, Mato Grosso passa a ser o segundo Estado brasileiro a criar uma Incubadora de Economia Criativa por meio do Programa Brasil Criativo, tornando este um convênio do MINC/SECULTMT.

O Grupo de Estudos em Mídias Interativas Digitais – GEMID/UFMT apresenta um programa de pesquisa e extensão intitulado “Mapeamento da economia criativa de Mato



Grosso: inclusão da produção cultural como aposta para o desenvolvimento regional e consolidação da cidadania”, o qual está adequado às diretrizes do Ministério da Cultura e se propõe a colaborar com o fortalecimento do setor cultural e da economia criativa no Estado de Mato Grosso, através do levantando informações sobre este setor.

O levantamento de informações sobre o setor cultural e criativo no Estado de Mato Grosso, se mostra demasiadamente importante, uma vez que, permitirá aplicação de investimentos na cultura, o que implicará em melhorias no desenvolvimento social, regional, intelectual e simbólico do Estado.

O projeto de Mapeamento da Economia Criativa de Mato Grosso se divide em outros 7 projetos distintos, cada qual com seus objetivos específicos a serem alcançados, a saber:

Projeto 1: Mapeamento Cultural Colaborativo com mídias móveis; **Projeto 2:** Cartografia do patrimônio da cultura imaterial do estado de Mato Grosso; **Projeto 3:** Levantamento do estado da arte da economia criativa - aspectos econômicos, sociais e simbólicos; **Projeto 4:** Equipamentos Culturais de Mato Grosso: identificação, levantamento e análise espacial de distribuição; **Projeto 5:** Análise sobre o financiamento da cultura em Mato Grosso; **Projeto 6:** Dinâmicas produtivas da economia criativa em Mato Grosso; **Projeto 7:** Retrato socioeconômico das atividades da economia criativa em Mato Grosso (FERNANDEZ; TIEMI; KAWAKAMI, 2014, p. 4).

A aplicação de cada projeto, além de levantar informações sobre os bens culturais materiais e imateriais de Mato Grosso, possibilitará a divulgação destas manifestações culturais e fomentará o crescimento da economia criativa em Mato Grosso. Os documentos provenientes da aplicação dos projetos serão armazenados em um repositório digital, criado com o software DSpace o qual permitirá tanto a preservação de arquivos e documentos, quanto a recuperação da informação pela comunidade interessada.

4.1 Tratamento das informações sobre o mapeamento da cultura em Mato Grosso

Considerando a necessidade não apenas de armazenar, mas também de tornar acessíveis as informações e documentos coletados e/ou produzidos para efetivação da aplicação dos projetos voltados para o mapeamento da cultura em Mato Grosso, será importante utilizar o software de gerenciamento de repositórios digitais DSpace para abrigar arquivos como: mapas, relatórios, bancos de textos, artigos, livros, fotografias e vídeos, os



quais poderão se apresentar nos seguintes formatos: doc, pdf, jpg, mpeg, entre outros formatos de arquivos digitais de texto, imagem e vídeo.

Para melhor visualização e organização dos documentos digitais, os arquivos serão classificados em duas grandes categorias, a saber: Setores Culturais e Setores Funcionais. A categoria de Setores Culturais, abrangerá os setores da indústria criativa considerados culturais, como artesanato, teatro, dança, música, etc.; a categoria Setores Funcionais por sua vez se destinará a agrupar os setores da indústria criativa considerados profissionais, como arquitetura, marcenaria, editoração gráfica, entre outros.

A classificação dos arquivos em categorias dos setores culturais, se deve apenas para efeitos técnicos e para geração de relatórios, listas e visão geral do sistema, pois para o usuário final o importante será a recuperação do conteúdo armazenado por meio do motor de busca “*Jakarta Lucenearchengine*” que compõe o sistema Dspace, permitindo a recuperação de arquivos e documentos por meio de busca dos metadados disponíveis.

Com a execução dos trabalhos propostos para a criação do repositório, será necessário pensar também na promoção e divulgação desta ferramenta, para que se possa cumprir efetivamente com os objetivos da pesquisa e dar visibilidade as informações sobre o setor cultural de Mato Grosso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção que as autoridades políticas, das esferas federais, estaduais e municipais, têm dado aos assuntos relacionados ao patrimônio cultural, seja de natureza material ou imaterial, bem como os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação, que se apresentam cada vez mais acessíveis nos últimos anos, demonstram que este é um momento propício para fomentar o uso de recursos tecnológicos para o bem da preservação de informações e conhecimentos culturais e tradicionais, que se apresentam de formas regionais, mas que uma vez disponibilizado em ambientes virtuais, quebram a barreira de espaço e tempo, e se tornam acessíveis a qualquer pessoa que simpatize, ou venha a ser um pesquisador de questões culturais.

A necessidade de registrar e preservar, aliada ao anseio de divulgar e dar acesso aos registros de informações sobre as práticas culturais de um povo, se mostram como motivos



mais que significantes para a criação de um repositório digital para armazenar e possibilitar o acesso livre as informações que nele forem inseridas, formando seus acervos digitais, podendo atender a um número ilimitado de usuários, uma vez que permite o acesso simultaneamente as informações, dependendo do tipo de licença para uso do material.

Entidades responsáveis por promover ações que visam a preservação do patrimônio cultural brasileiro, como o IPHAN e Secretarias de Culturas dos Estados, mesmo já possuindo recursos próprios para o levantamento de informações sobre bens culturais, poderão contar mais este recurso para pesquisa, bem como lhes será possibilitado a análise de uma ferramenta disponibilizada gratuitamente e que poderá servir como modelo para a criação de seus próprios repositórios temáticos, fomentando assim o acesso a este tipo de informação.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>. Acesso em: 12 maio 2014.

CAMPOS, Maria Luiza Machado; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; CAMPOS, Linair Maria. Web semântica e a gestão de conteúdos informacionais. In: MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.). *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. 2. ed. Salvador: UFBA; Brasília: IBCIT, 2006. p. 55-74.

IBICT. *Repositórios digitais*. Brasília, [2012?]. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>>. Acesso em: 08 maio, 2014.

FERNANDEZ, Andréa Ferraz; TIEMI, Flavianny; KAWAKAMI, Renato. *Mapeamento da economia criativa de Mato Grosso: inclusão da produção cultural como aposta para o desenvolvimento regional e consolidação da cidadania*. Cuiabá: [s. n.], 2014.

LEITE, Fernando et al. *Repositórios institucionais: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. Brasília: IBCIT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014.



OLIVEIRA, João Maria de; ARAUJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério. *Panorama da economia criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1880.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2014.

PIRES, Daniele Cristina Gonçalves Brene; SILVA, José Fernando Modesto da. Repositório digital: Dspace como uma ferramenta de gestão da informação em escritórios de advocacia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. *Bibliotecas, informações, usuários*. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/index>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

PORTA, Paula. *Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília: IPHAN; Monumenta, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4374>>. Acesso em: 08 maio, 2014.

TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. Tradução Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2007. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355430.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Biblioteca digital: definição de termos. In: MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.). *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. 2. ed. Salvador: UFBA; Brasília: IBCIT, 2006. p. 15-24.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*: Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília: Ministério de Relações Exteriores; UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794>>. Acesso em: 08 maio, 2014.